

AJ02817

Fraudes em verbas federais

UNIÃO APONTA DESVIOS DE R\$ 5,7 MILHÕES NO ESTADO

Órgão de fiscalização constatou irregularidades em prefeituras e entidades

FELIPE QUINTINO

fquintino@redgazeta.com.br

■ Responsável por fazer auditorias e fiscalizações para verificar como o dinheiro público está sendo aplicado, a Controladoria-Geral da União (CGU) constatou uma série de irregularidades em repasses federais ao Espírito Santo.

Os prejuízos apontados chegam a R\$ 5,7 milhões. Os problemas envolvem a transferência de dinheiro pelos Ministérios a prefeituras e entidades do Estado. Dez municípios estão no alvo do órgão.

As apurações constataram mau uso de verba social por parte dos municípios, com as áreas da Saúde, Educação, Meio Ambiente, Cultura, entre outras. Órgão ligado ao governo federal, a CGU suspeitou de irregularidades em convênios.

Há processo firmado por gestão anterior nas cidades capixabas, mas não exime a atual administração de tomar as providências necessárias, dependendo de cada caso específico relatado. Caso as gestões posteriores ao determinado convênio suspeito não tomem as atitudes cabíveis, elas também podem ter "responsabilidade solidária" nos danos causados.

Em razão da irregularidade cometida em gestão anterior, a prefeitura pode ficar inadimplente com a administração federal e, em consequência disso, impedida de receber recursos ou firmar novos convênios.

PREJUÍZOS

Entre os problemas levantados no Espírito Santo estão irregularidades na aplicação da verba, prejuízos causados por servidor público, omissão no cumprimento de prestar contas e aplicação do dinheiro em outro tipo de ação, diferente da prevista no convênio.

Em Viana, por exemplo, a controladoria apontou problemas em três processos que a prefeitura era o órgão responsável pela execução do recurso. Ao todo, o valor sob suspeita na cidade por irregularidade na aplicação do recurso chega a R\$ 1,1 milhão. Os três casos no município são de recursos oriundos do Ministério do Planejamento, segundo a controladoria.

Já em Conceição da Barra, a irregularidade foi com verba do Ministério da Integração Nacional. A pasta encaminhou R\$ 79 mil, mas o município não cumpriu o compromisso firmado no convênio.

A controladoria realizou auditorias, entre 2001 e 2007, em 10.405 processos no país. Desse total, as contas foram consideradas irregulares em 7.818. Os processos apontam prejuízos de R\$ 661,7 milhões na aplicação de recursos federais no país. A execução de obras ou serviços pela metade responde por R\$ 110,5 milhões em prejuízos ao erário. Falta de documentos e divergências entre as informações prestadas ou entre os documentos apresentados somam outros R\$ 123,6 milhões sob suspeita.

O resultado das apurações

Veja onde a Controladoria-Geral da União (CGU) apontou irregularidades no Estado:

PREFEITURA DE BARRA DE SÃO FRANCISCO

■ Origem: Ministério da Saúde

Valor
R\$ 35.453,17 e
R\$ 20.014,35

Não aprovação da prestação de conta e irregularidade na aplicação do recurso

■ Origem: Ministério do Meio Ambiente

Valor
R\$ 11.538,00

Irregularidade na aplicação dos recursos

PREFEITURA DE MUCURICI

■ Origem: Ministério da Integração Nacional

Valor
R\$ 21.372,90

Não cumprimento do objeto conveniado

PREFEITURA DE PEDRO CANÁRIO

■ Origem: Ministério do Meio Ambiente

Valor
R\$ 300.000,00

Não cumprimento do objeto conveniado

PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DA BARRA

■ Origem: Ministério da Integração Nacional

Valor
R\$ 79.094,07

Não cumprimento do objeto conveniado

PREFEITURA DE SÃO DOMINGOS DO NORTE

■ Origem: Ministério da Educação

Valor
R\$ 183.897,00

Não aprovação na prestação de contas

PREFEITURA DE IBATIBA

■ Origem: Ministério da Educação

Valor
R\$ 178.223,00

Omissão na prestação de contas

PREFEITURA DE MUNIZ FREIRE

■ Origem: Ministério da Integração Nacional

Valor
R\$ 70.645,68

PREFEITURA DE VIANA

■ Origem: Ministério do Planejamento

Valores
R\$ 448.400,01,
R\$ 182.400,00 e

O outro lado

PREFEITURAS SE EXPLICAM

O QUE DIZEM OS MUNICÍPIOS CITADOS NA AUDITORIA

■ As prefeituras deram suas explicações para o fato de constarem na lista que a Controladoria-Geral da União (CGU) encaminhou ao Tribunal de Contas da União (TCU) em relação às irregularidades no uso de verba pública.

A assessoria de Comunicação da Prefeitura de Viana informou que, "apesar do município constar na listagem da CGU, a notificação é enviada aos administradores da época, conforme consta na citação de cada processo".

"Por esse motivo a prefeitura não recebeu a notificação. Logo, quem deverá responder às citações são os prefeitos da época. Os processos são de 1996, portanto, anteriores ao atual mandato", afirmou.

Em 1996, o prefeito era Nonô Lube, pai da atual prefeita de Viana, Solange Lube (PSDB). Segundo a assessoria de comunicação, Nonô Lube "já estava ciente da citação e há meses constituiu advogado para formalizar a defesa".

O prefeito de Conceição da Barra, Manoel da Fonseca (PHS), conhecido como Manoel Pé de Boi, afirmou

Servidor de Saúde

nado convênio suspeito não tomem as atitudes cabíveis, elas também podem ter “responsabilidade solidária” nos danos causados.

Em razão da irregularidade cometida em gestão anterior, a prefeitura pode ficar inadimplente com a administração federal e, em consequência disso, impedida de receber recursos ou firmar novos convênios.

Servidor da Saúde participou de danos

Funcionário de órgão fiscalizador da área da Saúde foi acusado de lesar programa de saneamento

■ A má gestão do recurso da Saúde foi detectada pela Controladoria-Geral da União (CGU) num local exatamente responsável por administrar políticas do setor no Estado: a coordenação regional da Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

A auditoria apontou irregularidade com uso da verba de R\$ 66,6 mil e levantou que o prejuízo foi causado por servidor da coordenação. O dinheiro seria usado para o desenvolvimento de ações de saneamento no Espírito Santo.

total, as contas foram consideradas irregulares em 7.818. Os processos apontam prejuízos de R\$ 661,7 milhões na aplicação de recursos federais no país. A execução de obras ou serviços pela metade responde por R\$ 110,5 milhões em prejuízos ao erário. Falta de documentos e divergências entre as informações prestadas ou entre os documentos apresentados somam outros R\$ 123,6 milhões sob suspeita.

Em nota, a coordenação regional da Funasa afirma que “todos os procedimentos administrativos para apuração das informações referentes ao processo de Tomada de Contas Especial foram realizados”.

De acordo com a nota, o procedimento inclui processo administrativo disciplinar que já está concluído. A instituição não deu detalhes do processo. A fundação afirmou ainda que a Tomada de Conta Especial, que apurou os fatos, foi encaminhada à auditoria interna da Funasa.

A coordenação regional é responsável no Estado por promover a inclusão social, por meio da saúde, com a prevenção e controle de doenças, entre outras funções.

Saiba como funciona a apuração

■ **DANO.** As irregularidades no Espírito Santo foram constatadas por meio de um procedimento denominado de Tomada de Contas Especial (TCE). É um instrumento utilizado pela administração pública para ressarcir-se de eventuais prejuízos que lhe forem causados. O processo é instaurado após esgotadas as medidas para reparação do dano.

■ **OMISSÃO.** O procedimento tem como base a conduta do agente público que agiu em descumprimento à lei ou deixou de atender ao interesse público. Essa conduta se dá pela omissão no dever de prestar contas; pela apresentação de prestação de contas de forma irregular; ou

por dano causado ao erário.

■ **RELATÓRIO.** Cabe à Controladoria-Geral da União manifestar-se sobre a adequada apuração dos fatos, indicando as normas ou os regulamentos infringidos, a correta identificação do responsável e a precisa quantificação do dano e das parcelas eventualmente recolhidas.

■ **MOTIVOS.** São os seguintes os motivos para a instauração do processo de Tomada de Contas Especial: omissão da obrigação de prestar contas, ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos; e prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico que provoque dano aos cofres públicos.

Educação
Valor
R\$ 178.223,00

Omissão na prestação de contas

PREFEITURA DE MUNIZ FREIRE

■ Origem: Ministério da Integração Nacional

Valor
R\$ 70,645,68

Irregularidade na aplicação dos recursos

PREFEITURA DE ALEGRE

■ Origem: Ministério da Cultura

Valor
R\$ 494.000,00

Não cumprimento do objeto conveniado

1 **ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE VILA VELHA**

■ Origem: Ministério do Desenvolvimento

Valor
R\$ 184.426,24

Irregularidade na aplicação do recurso

2 **FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS**

■ Origem: Ministério do Desenvolvimento

Valor
R\$ 44.115,93

Irregularidade na aplicação dos recursos

3 **AGÊNCIA VILA VELHA**

■ Origem: Ministério da Fazenda

valor
R\$ 2.826.793,94

Prejuízos causados por servidor ou empregado público

4 **COORDENAÇÃO REGIONAL DA FUNASA**

■ Origem: Ministério da Saúde

valor
R\$ 66.696,30

Prejuízos causados por servidor ou empregado público

A Gazeta - Ed. de Arte - Genildo



DIVULGAÇÃO

Auditoria apurou obra inacabada em Alegre

■ O Ministério da Cultura liberou verba para a construção de um teatro em Alegre, no sul do Estado, mas o município não cumpriu o compromisso de efetivação do convênio. Foi a constatação feita pela Controladoria-Geral da União (CGU). O valor liberado chega a R\$ 494 mil. A controladoria sugere o ressarcimento de R\$ 870 mil aos cofres públicos. As obras estão inacabadas. O processo de repasse de verbas foi na administração do governo passado na cidade. Para analisar o caso, a atual administração preparou um relatório, com base em documentos disponíveis na prefeitura. A prefeitura organiza os procedimentos para acabar a obra.

Integração Nacional
Valor
R\$ 79,094,07

Não cumprimento do objeto conveniado

PREFEITURA DE VIANA

■ Origem: Ministério do Planejamento

Valores
R\$ 448.400,01,
R\$ 182.400,00 e
R\$ 516.800,00

Irregularidade na aplicação dos recursos

PREFEITURA DE MARATAÍZES

■ Origem: Ministério da Saúde

Valor
R\$ 80.000,00

Não aprovação da prestação de contas

Observação:
a controladoria terminou a análise dos processos em 2007 e há convênios feitos por administrações municipais anteriores às atuais